

CONV 726/03

NOTA DE ENVIO

de: Praesidium

para: Convenção

n.º doc. ant.: Carta dos Direitos Fundamentais, JO C 364 de 18.12.2000

Assunto: **Projecto de texto comentado da Parte II**

Junto se envia, à atenção dos membros da Convenção, o texto do projecto de Parte II da Constituição (Carta dos Direitos Fundamentais), com algumas alterações técnicas sugeridas, devidamente assinaladas, precedido por uma nota explicativa.

Nota explicativa

Assunto: Integração da Carta dos Direitos Fundamentais como parte II da Constituição

1. Os membros da Convenção encontrarão em anexo o texto da Carta dos Direitos Fundamentais da União, incorporados na Constituição como sua Parte II. O Praesidium chama a atenção dos membros da Convenção para o seguinte:

- a) O texto reproduz a formulação da Carta tal como proclamada em Dezembro de 2000, com excepção das alterações às disposições gerais da Carta sobre que o Grupo de Trabalho II alcançou consenso e de algumas adaptações puramente técnicas tal como explicado na alínea d) infra. Este procedimento é conforme com a recomendação do Grupo de Trabalho, seguida pela Sessão Plenária, de que se deveria evitar introduzir quaisquer alterações à substância da Carta. As alterações de redacção ao texto proclamado em Nice em Dezembro de 2000 encontram-se assinaladas.
- b) No que se refere às alterações às disposições gerais da Carta constantes dos artigos 51º e 52º, o texto retoma fielmente a formulação sugerida pelo Grupo de Trabalho II sobre a qual se formou um grande consenso na Sessão Plenária. A única ligeira alteração de redacção à formulação acordada pelo grupo de trabalho é a de que o texto refere agora poderes e tarefas conferidos "*na*", e não "*pela*", Constituição, o que corresponde à linha geral que a Convenção adopta nos artigos da Parte I, segundo a qual as competências são conferidas *pelos Estados-membros*, e não pela Constituição propriamente dita.

No caso especial do n.º 2 do artigo 52.º da Carta (isto é, a cláusula que, no que se refere aos direitos da Carta baseados nos Tratados existentes, remete para as condições e limites definidos pelos Tratados), o Grupo de Trabalho concluiu que essa cláusula de remissão continua a ser necessária, reconhecendo contudo que o n.º 2 do artigo 52.º carecerá logicamente de um ajustamento de redacção, que o grupo não poderia empreender dado que dependeria de exacta estrutura global do Tratado Constitucional, ainda desconhecida na altura. Na opinião do Praesidium, o ajustamento do n.º 2 do artigo 52.º sugerido no anexo (baseado numa sugestão de redacção feita no Grupo de Trabalho por Sir Neil MacCormick), seria a fórmula mais adequada para tal cláusula de remissão, garantindo a segurança e continuidade jurídicas, tal como pretendido pelo n.º 2 do artigo 52.º original: asseguraria que os direitos da Carta que se limitam a "reiterar" direitos já consignados no Tratado CE (nomeadamente os direitos dos cidadãos da UE) estão sujeitos às condições e limites que figuravam até agora no Tratado CE e serão retomados agora na parte III ou, em alguns casos ¹, na parte I da Constituição.

- c) O artigo 42.º da Carta relativo ao acesso a documentos constitui o único caso em que se torna necessária uma alteração de fundo a um direito da Carta em face dos trabalhos desta Convenção. Esse direito foi meramente reiterado na Carta com a extensão aprovada pelo Tratado de Amesterdão; contudo, tal como reflectido no projecto de artigo [36.º] da Parte I, a presente Convenção deseja agora ir mais longe, tornando o direito extensivo a documentos das instituições, dos organismos e das agências em geral.

¹ N.º 3 do artigo I-49º relativo ao acesso aos documentos, artigo I-50º relativo à protecção de dados.

d) Foram introduzidas as seguintes adaptações técnicas ao texto da Carta:

- i) Os termos "Comunidade" e "Tratado que institui a Comunidade Europeia"/"Tratado da União Europeia" foram substituídos por "União" e "Constituição", respectivamente;
- ii) Os 7 "capítulos" da Carta tornam-se agora os 7 "títulos" da parte II da Constituição;
- iii) A designação do título 7 foi expandida, passando a ler-se: "Disposições gerais que regem a interpretação e a aplicação da Carta". Tal afigura-se adequado a fim de esclarecer – como solicitado numa contribuição de diversos membros da Convenção ² – que, depois da incorporação da Carta na Constituição como sua parte II, as disposições gerais constantes desse título regem a interpretação e aplicação da Carta no conjunto, e se aplicam apenas a esta parte da Constituição.
- iv) Nos casos em que o texto de Carta actual se refere às "instituições e organismos da União", deverá utilizar-se agora a fórmula "instituições, organismos e agências da união" ³.

2. O Praesidium examinou uma questão suscitada em diversas alterações apresentadas por membros da Convenção: a questão de saber se se deveriam repetir na Parte I da Constituição certos direitos fundamentais, que, em virtude da incorporação da Carta, figuram igualmente na Parte II da Constituição, ou se tais duplicações devem ser eliminadas mediante a supressão das respectivas disposições na Parte I.

A este respeito, o Praesidium chegou à conclusão de que a referência aos direitos dos cidadãos da UE (como, por exemplo, a não-discriminação com base na nacionalidade) tanto na Parte I como na Carta se justifica pelo facto de esses direitos serem **constitutivos** da própria noção de cidadania europeia introduzida pelo Tratado de Maastricht. Esses direitos (ou pelo menos alguns deles, como a livre circulação ou os direitos eleitorais passivos dos cidadãos da UE no país de residência) são específicos da União, e, por definição, não podem ser garantidos a nível nacional. Tal distingue-os dos outros direitos da Carta, como a liberdade de expressão, de religião, etc., que são análogos aos direitos fundamentais protegidos pelas constituições nacionais.

Relativamente aos direitos da Carta repetidos no título "Vida Democrática" da Parte I, o Praesidium considerou que o direito de acesso aos documentos assim como o da protecção dos dados pessoais (dois direitos que são de certo modo complementares), são considerados, pelo menos por muitos membros da Convenção, como componentes essenciais do modo particular de vida democrática da União a nível supranacional. Para esses membros da Convenção, o n.º 3 do artigo I-49.º e o artigo I-50.º da Parte I, afigurar-se-iam incompletos se contivessem apenas regras sobre as modalidades, os limites e os fundamentos jurídicos da transparência e da protecção dos dados, mas não a declaração do próprio direito. Simultaneamente, não seria ilógico que esses dois direitos reaparecessem na Carta (Parte II da Constituição), que sublinharia que pertencem igualmente aos direitos genuinamente *fundamentais* da União ⁴.

² Cf. documento CONV 659/03 CONTRIB 292 Christophersen, de Vries, Hain, Roche, Hjelm-Wallén.
³ Como o Praesidium da anterior Convenção referia nas suas anotações, a fórmula "instituições e órgãos da União" foi utilizada na Carta com a intenção de fazer referência a "*todas as instâncias criadas pelos Tratados ou por actos de direito derivado (ver o n.º 1 do artigo 286.º do Tratado que institui a Comunidade Europeia)*". Dado que agora o projecto de constituição se refere constantemente a "instituições, órgãos e agências" – cf. n.º 3 do artigo I-49.º e I-50.º da Parte I, e os artigos sobre o Tribunal de Justiça da Parte III –, a mesma fórmula deve ser utilizada na Carta.

⁴ Este preciso argumento foi já utilizado pelo advogado-geral Léger (no processo 353/99 P, Conselho c. Hautala) no que diz respeito ao artigo da Carta referente ao direito de acesso aos documentos.

3. O Grupo de Trabalho II sublinhou que as "anotações" à Carta, que foram elaboradas por iniciativa do Praesidium da Convenção da Carta (e que, embora não submetidas à apreciação da Sessão Plenária da anterior Convenção, foram úteis para a fixação de um consenso sobre o texto da Carta nessa Convenção), são um instrumento de interpretação importante que assegura uma compreensão correcta da Carta. Recomendou que as suas explicações sobre os ajustamentos de redacção às cláusulas horizontais da Carta sejam inteiramente incorporadas nas anotações originais. O Grupo recomendou além disso que, após a eventual incorporação da Carta, se deve prestar a devida atenção às anotações que, embora refiram que não têm valor legal, têm por objectivo esclarecer as disposições daquele instrumento; nomeadamente, seria importante publicá-las de forma mais ampla.

No seguimento dessa recomendação, o Praesidium acordou em que o trabalho técnico de produção dessa versão actualizada e consolidada das anotações de 2000 deve ser efectuado sob a autoridade do presidente de Grupo de Trabalho II que procederá a consultas com os membros desse mesmo Grupo de Trabalho e submeterá então o resultado ao Praesidium para aprovação, antes do fim da Convenção. Esses trabalhos estão em curso.

PARTE II: CARTA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DA UNIÃO

PREÂMBULO

Os povos da Europa, estabelecendo entre si uma união cada vez mais estreita, decidiram partilhar um futuro de paz, assente em valores comuns.

Consciente do seu património espiritual e moral, a União baseia-se nos valores indivisíveis e universais da dignidade do ser humano, da liberdade, da igualdade e da solidariedade; assenta nos princípios da democracia e do Estado de Direito. Ao instituir a cidadania da União e ao criar um espaço de liberdade, de segurança e de justiça, coloca o ser humano no cerne da sua acção.

A União contribui para a preservação e o desenvolvimento destes valores comuns, no respeito pela diversidade das culturas e das tradições dos povos da Europa, bem como da identidade nacional dos Estados-Membros e da organização dos seus poderes públicos aos níveis nacional, regional e local; procura promover um desenvolvimento equilibrado e duradouro e assegura a livre circulação das pessoas, dos bens, dos serviços e dos capitais, bem como a liberdade de estabelecimento.

Para o efeito, é necessário, conferindo-lhes maior visibilidade por meio de uma Carta, reforçar a protecção dos direitos fundamentais, à luz da evolução da sociedade, do progresso social e da evolução científica e tecnológica.

A presente Carta reafirma, no respeito pelas atribuições e competências da Comunidade e da União e na observância do princípio da subsidiariedade, os direitos que decorrem, nomeadamente, das tradições constitucionais e das obrigações internacionais comuns aos Estados-Membros, do Tratado da União Europeia e dos Tratados comunitários, da Convenção Europeia para a Protecção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais, das Cartas Sociais aprovadas pela Comunidade e pelo Conselho da Europa, bem como da jurisprudência do Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias e do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem.

O gozo destes direitos implica responsabilidades e deveres, tanto para com as outras pessoas individualmente consideradas, como para com a comunidade humana e as gerações futuras.

Assim sendo, a União reconhece os direitos, liberdades e princípios a seguir enunciados.

CAPÍTULO TÍTULO I. DIGNIDADE

Artigo 1.º: Dignidade do ser humano

A dignidade do ser humano é inviolável. Deve ser respeitada e protegida.

Artigo 2.º: Direito à vida

1. Todas as pessoas têm direito à vida.
2. Ninguém pode ser condenado à pena de morte, nem executado.

Artigo 3.º: Direito à integridade do ser humano

1. Todas as pessoas têm direito ao respeito pela sua integridade física e mental.
2. No domínio da medicina e da biologia, devem ser respeitados, designadamente:
 - a) O consentimento livre e esclarecido da pessoa, nos termos da lei,
 - b) A proibição das práticas eugénicas, nomeadamente das que têm por finalidade a selecção das pessoas,
 - c) A proibição de transformar o corpo humano ou as suas partes, enquanto tais, numa fonte de lucro,
 - d) A proibição da clonagem reprodutiva dos seres humanos.

Artigo 4.º: Proibição da tortura e dos tratos ou penas desumanos ou degradantes

Ninguém pode ser submetido a tortura, nem a tratos ou penas desumanos ou degradantes.

Artigo 5.º: Proibição da escravidão e do trabalho forçado

1. Ninguém pode ser sujeito a escravidão nem a servidão.
2. Ninguém pode ser constrangido a realizar trabalho forçado ou obrigatório.
3. É proibido o tráfico de seres humanos.

CAPÍTULO TÍTULO II: LIBERDADES

Artigo 6.º: Direito à liberdade e à segurança

Todas as pessoas têm direito à liberdade e à segurança.

Artigo 7.º: Respeito pela vida privada e familiar

Todas as pessoas têm direito ao respeito pela sua vida privada e familiar, pelo seu domicílio e pelas suas comunicações.

Artigo 8.º: Protecção de dados pessoais

1. Todas as pessoas têm direito à protecção dos dados de carácter pessoal que lhes digam respeito.
2. Esses dados devem ser objecto de um tratamento leal, para fins específicos e com o consentimento da pessoa interessada ou com outro fundamento legítimo previsto por lei. Todas as pessoas têm o direito de aceder aos dados coligidos que lhes digam respeito e de obter a respectiva rectificação.
3. O cumprimento destas regras fica sujeito a fiscalização por parte de uma autoridade independente.

Artigo 9.º: Direito de contrair casamento e de constituir família

O direito de contrair casamento e o direito de constituir família são garantidos pelas legislações nacionais que regem o respectivo exercício.

Artigo 10.º: Liberdade de pensamento, de consciência e de religião

1. Todas as pessoas têm direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião. Este direito implica a liberdade de mudar de religião ou de convicção, bem como a liberdade de manifestar a sua religião ou a sua convicção, individual ou colectivamente, em público ou em privado, através do culto, do ensino, de práticas e da celebração de ritos.
2. O direito à objecção de consciência é reconhecido pelas legislações nacionais que regem o respectivo exercício.

Artigo 11.º: Liberdade de expressão e de informação

1. Todas as pessoas têm direito à liberdade de expressão. Este direito compreende a liberdade de opinião e a liberdade de receber e de transmitir informações ou ideias, sem que possa haver ingerência de quaisquer poderes públicos e sem consideração de fronteiras.
2. São respeitados a liberdade e o pluralismo dos meios de comunicação social.

Artigo 12.º: Liberdade de reunião e de associação

1. Todas as pessoas têm direito à liberdade de reunião pacífica e à liberdade de associação a todos os níveis, nomeadamente nos domínios político, sindical e cívico, o que implica o direito de, com outrem, fundarem sindicatos e de neles se filiarem para a defesa dos seus interesses.
2. Os partidos políticos ao nível da União contribuem para a expressão da vontade política dos cidadãos da União.

Artigo 13.º: Liberdade das artes e das ciências

As artes e a investigação científica são livres. É respeitada a liberdade académica.

Artigo 14.º: Direito à educação

1. Todas as pessoas têm direito à educação, bem como ao acesso à formação profissional e contínua.
2. Este direito inclui a possibilidade de frequentar gratuitamente o ensino obrigatório.
3. São respeitados, segundo as legislações nacionais que regem o respectivo exercício, a liberdade de criação de estabelecimentos de ensino, no respeito pelos princípios democráticos, e o direito dos pais de assegurarem a educação e o ensino dos filhos de acordo com as suas convicções religiosas, filosóficas e pedagógicas.

Artigo 15.º: Liberdade profissional e direito ao trabalho

1. Todas as pessoas têm o direito de trabalhar e de exercer uma profissão livremente escolhida ou aceite.
2. Todos os cidadãos da União têm a liberdade de procurar emprego, de trabalhar, de se estabelecer ou de prestar serviços em qualquer Estado-Membro.
3. Os nacionais de países terceiros que sejam autorizados a trabalhar no território dos Estados-Membros têm direito a condições de trabalho equivalentes àsquelas de que beneficiam os cidadãos da União.

Artigo 16.º: Liberdade de empresa

É reconhecida a liberdade de empresa, de acordo com o direito ~~comunitário~~ da União e as legislações e práticas nacionais.

Artigo 17.º: Direito de propriedade

1. Todas as pessoas têm o direito de fruir da propriedade dos seus bens legalmente adquiridos, de os utilizar, de dispor deles e de os transmitir em vida ou por morte. Ninguém pode ser privado da sua propriedade, excepto por razões de utilidade pública, nos casos e condições previstos por lei e mediante justa indemnização pela respectiva perda, em tempo útil. A utilização dos bens pode ser regulamentada por lei na medida do necessário ao interesse geral.
2. É protegida a propriedade intelectual.

Artigo 18.º: Direito de asilo

É garantido o direito de asilo, no quadro da Convenção de Genebra de 28 de Julho de 1951 e do Protocolo de 31 de Janeiro de 1967, relativos ao Estatuto dos Refugiados, e nos termos da Constituição ~~do Tratado que institui a Comunidade Europeia~~.

Artigo 19.º: Protecção em caso de afastamento, expulsão ou extradição

1. São proibidas as expulsões colectivas.
2. Ninguém pode ser afastado, expulso ou extraditado para um Estado onde corra sério risco de ser sujeito a pena de morte, a tortura ou a outros tratos ou penas desumanos ou degradantes.

CAPÍTULO TÍTULO III. IGUALDADE

Artigo 20.º: Igualdade perante a lei

Todas as pessoas são iguais perante a lei.

Artigo 21.º: Não discriminação

1. É proibida a discriminação em razão, designadamente, do sexo, raça, cor ou origem étnica ou social, características genéticas, língua, religião ou convicções, opiniões políticas ou outras, pertença a uma minoria nacional, riqueza, nascimento, deficiência, idade ou orientação sexual.
2. No âmbito de aplicação da Constituição e sem prejuízo das suas disposições específicas ~~do Tratado que institui a Comunidade Europeia e do Tratado da União Europeia, e sem prejuízo das disposições especiais destes Tratados~~, é proibida toda a discriminação em razão da nacionalidade.

Artigo 22.º: Diversidade cultural, religiosa e linguística

A União respeita a diversidade cultural, religiosa e linguística.

Artigo 23.º: Igualdade entre homens e mulheres

Deve ser garantida a igualdade entre homens e mulheres em todos os domínios, incluindo em matéria de emprego, trabalho e remuneração.

O princípio da igualdade não obsta a que se mantenham ou adoptem medidas que prevejam regalias específicas a favor do sexo sub-representado.

Artigo 24.º: Direitos das crianças

1. As crianças têm direito à protecção e aos cuidados necessários ao seu bem-estar. Podem exprimir livremente a sua opinião, que será tomada em consideração nos assuntos que lhes digam respeito, em função da sua idade e maturidade.
2. Todos os actos relativos às crianças, quer praticados por entidades públicas, quer por instituições privadas, terão primordialmente em conta o interesse superior da criança.
3. Todas as crianças têm o direito de manter regularmente relações pessoais e contactos directos com ambos os progenitores, excepto se isso for contrário aos seus interesses.

Artigo 25.º: Direitos das pessoas idosas

A União reconhece e respeita o direito das pessoas idosas a uma existência condigna e independente e à sua participação na vida social e cultural.

Artigo 26.º: Integração das pessoas com deficiência

A União reconhece e respeita o direito das pessoas com deficiência a beneficiarem de medidas destinadas a assegurar a sua autonomia, a sua integração social e profissional e a sua participação na vida da comunidade.

CAPÍTULO TÍTULO IV. SOLIDARIEDADE

Artigo 27.º: Direito à informação e à consulta dos trabalhadores na empresa

Deve ser garantida aos níveis apropriados, aos trabalhadores ou aos seus representantes, a informação e consulta, em tempo útil, nos casos e nas condições previstos pelo direito da União comunitária e pelas legislações e práticas nacionais.

Artigo 28.º: Direito de negociação e de acção colectiva

Os trabalhadores e as entidades patronais, ou as respectivas organizações, têm, de acordo com o direito da União comunitária e as legislações e práticas nacionais, o direito de negociar e de celebrar convenções colectivas, aos níveis apropriados, bem como de recorrer, em caso de conflito de interesses, a acções colectivas para a defesa dos seus interesses, incluindo a greve.

Artigo 29.º: Direito de acesso aos serviços de emprego

Todas as pessoas têm direito de acesso gratuito a um serviço de emprego.

Artigo 30.º: Protecção em caso de despedimento sem justa causa

Todos os trabalhadores têm direito a protecção contra os despedimentos sem justa causa, de acordo com o direito da União comunitária e as legislações e práticas nacionais.

Artigo 31.º: Condições de trabalho justas e equitativas

1. Todos os trabalhadores têm direito a condições de trabalho saudáveis, seguras e dignas.
2. Todos os trabalhadores têm direito a uma limitação da duração máxima do trabalho e a períodos de descanso diário e semanal, bem como a um período anual de férias pagas.

Artigo 32.º: Proibição do trabalho infantil e protecção dos jovens no trabalho

É proibido o trabalho infantil. A idade mínima de admissão ao trabalho não pode ser inferior à idade em que cessa a escolaridade obrigatória, sem prejuízo de disposições mais favoráveis aos jovens e salvo derrogações bem delimitadas.

Os jovens admitidos ao trabalho devem beneficiar de condições de trabalho adaptadas à sua idade e de uma protecção contra a exploração económica e contra todas as actividades susceptíveis de prejudicar a sua segurança, saúde ou desenvolvimento físico, mental, moral ou social, ou ainda de pôr em causa a sua educação.

Artigo 33.º: Vida familiar e vida profissional

1. É assegurada a protecção da família nos planos jurídico, económico e social.
2. A fim de poderem conciliar a vida familiar e a vida profissional, todas as pessoas têm direito a protecção contra o despedimento por motivos ligados à maternidade, bem como a uma licença por maternidade paga e a uma licença parental pelo nascimento ou adopção de um filho.

Artigo 34.º: Segurança social e assistência social

1. A União reconhece e respeita o direito de acesso às prestações de segurança social e aos serviços sociais que concedem protecção em casos como a maternidade, doença, acidentes de trabalho, dependência ou velhice, bem como em caso de perda de emprego, de acordo com o direito da União comunitária e as legislações e práticas nacionais.
2. Todas as pessoas que residam e que se desloquem legalmente no interior da União têm direito às prestações de segurança social e às regalias sociais nos termos do direito da União comunitária e das legislações e práticas nacionais.
3. A fim de lutar contra a exclusão social e a pobreza, a União reconhece e respeita o direito a uma assistência social e a uma ajuda à habitação destinadas a assegurar uma existência condigna a todos aqueles que não disponham de recursos suficientes, de acordo com o direito da União comunitária e as legislações e práticas nacionais.

Artigo 35.º: Protecção da saúde

Todas as pessoas têm o direito de aceder à prevenção em matéria de saúde e de beneficiar de cuidados médicos, de acordo com as legislações e práticas nacionais. Na definição e execução de todas as políticas e acções da União, será assegurado um elevado nível de protecção da saúde humana.

Artigo 36.º: Acesso a serviços de interesse económico geral

A União reconhece e respeita o acesso a serviços de interesse económico geral tal como previsto nas legislações e práticas nacionais, de acordo com a Constituição ~~e Tratado que institui a Comunidade Europeia~~, a fim de promover a coesão social e territorial da União.

Artigo 37.º: Protecção do ambiente

Todas as políticas da União devem integrar um elevado nível de protecção do ambiente e a melhoria da sua qualidade, e assegurá-los de acordo com o princípio do desenvolvimento sustentável.

Artigo 38.º: Defesa dos consumidores

As políticas da União devem assegurar um elevado nível de defesa dos consumidores.

CAPÍTULO TÍTULO V. CIDADANIA

Artigo 39.º: Direito de eleger e de ser eleito nas eleições para o Parlamento Europeu

1. Todos os cidadãos da União gozam do direito de eleger e de ser eleitos para o Parlamento Europeu no Estado-Membro de residência, nas mesmas condições que os nacionais desse Estado.
2. Os membros do Parlamento Europeu são eleitos por sufrágio universal directo, livre e secreto.

Artigo 40.º: Direito de eleger e de ser eleito nas eleições municipais

Todos os cidadãos da União gozam do direito de eleger e de ser eleitos nas eleições municipais do Estado-Membro de residência, nas mesmas condições que os nacionais desse Estado.

Artigo 41.º: Direito a uma boa administração

1. Todas as pessoas têm direito a que os seus assuntos sejam tratados pelas Instituições, e órgãos e agências da União de forma imparcial, equitativa e num prazo razoável.
2. Este direito compreende, nomeadamente:
 - a) O direito de qualquer pessoa a ser ouvida antes de a seu respeito ser tomada qualquer medida individual que a afecte desfavoravelmente;
 - b) O direito de qualquer pessoa a ter acesso aos processos que se lhe refiram, no respeito pelos legítimos interesses da confidencialidade e do segredo profissional e comercial;
 - c) A obrigação, por parte da administração, de fundamentar as suas decisões.
3. Todas as pessoas têm direito à reparação, por parte da ~~Comunidade~~ União, dos danos causados pelas suas Instituições ou pelos seus agentes no exercício das respectivas funções, de acordo com os princípios gerais comuns às legislações dos Estados-Membros.
4. Todas as pessoas têm a possibilidade de se dirigir às Instituições da União numa das línguas oficiais dos Tratados da União, devendo obter uma resposta na mesma língua.

Artigo 42.º: Direito de acesso aos documentos

Qualquer cidadão da União, bem como qualquer pessoa singular ou colectiva com residência ou sede social num Estado-Membro, tem direito de acesso aos documentos – seja qual for a forma em que foram produzidos – ~~do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão~~ das Instituições, órgãos e agências da União.

Artigo 43.º: Provedor de Justiça

Qualquer cidadão da União, bem como qualquer pessoa singular ou colectiva com residência ou sede social num Estado-Membro, tem o direito de petição ao Provedor de Justiça da União em caso de má administração na actuação das Instituições, ~~ou~~ ou órgãos ou agências da União comunitários, com excepção do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Primeira Instância no exercício das respectivas funções jurisdicionais.

Artigo 44.º: Direito de petição

Qualquer cidadão da União, bem como qualquer pessoa singular ou colectiva com residência ou sede social num Estado-Membro, goza do direito de petição ao Parlamento Europeu.

Artigo 45.º: Liberdade de circulação e de permanência

1. Qualquer cidadão da União goza do direito de circular e permanecer livremente no território dos Estados-Membros.
2. Pode ser concedida a liberdade de circulação e de permanência, de acordo com as disposições da Constituição do Tratado que institui a Comunidade Europeia, aos nacionais de países terceiros que residam legalmente no território de um Estado-Membro.

Artigo 46.º: Protecção diplomática e consular

Todos os cidadãos da União beneficiam, no território de países terceiros em que o Estado-Membro de que são nacionais não se encontre representado, de protecção por parte das autoridades diplomáticas e consulares de qualquer Estado-Membro, nas mesmas condições que os nacionais desse Estado.

CAPÍTULO TÍTULO VI. JUSTIÇA

Artigo 47.º: Direito de acção efectivo e de acesso a um tribunal imparcial

Toda a pessoa cujos direitos e liberdades garantidos pelo direito da União tenham sido violados tem direito de acção efectivo em tribunal.

Toda a pessoa tem direito a que a sua causa seja julgada de forma equitativa, publicamente e num prazo razoável, por um tribunal independente e imparcial, previamente estabelecido por lei. Toda a pessoa tem a possibilidade de se fazer aconselhar, defender e representar em juízo.

É concedido apoio judiciário a quem não disponha de recursos suficientes, na medida em que esse apoio seja necessário para garantir a efectividade do acesso à justiça.

Artigo 48.º: Presunção de inocência e direitos de defesa

1. Todo o arguido se presume inocente enquanto não tiver sido legalmente provada a sua culpa.
2. É garantido a todo o arguido o respeito dos direitos de defesa.

Artigo 49.º: Princípios da legalidade e da proporcionalidade dos delitos e das penas

1. Ninguém pode ser condenado por uma acção ou por uma omissão que no momento da sua prática não constituía infracção perante o direito nacional ou o direito internacional. Do mesmo modo, não pode ser imposta uma pena mais grave do que a aplicável no momento em que a infracção foi praticada. Se, posteriormente à infracção, a lei previr uma pena mais leve, deve ser essa a pena aplicada.
2. O presente artigo não prejudica a sentença ou a pena a que tenha sido condenada uma pessoa por uma acção ou por uma omissão que no momento da sua prática constituía crime segundo os princípios gerais reconhecidos por todas as nações.
3. As penas não devem ser desproporcionadas em relação à infracção.

Artigo 50.º: Direito a não ser julgado ou punido penalmente mais do que uma vez pelo mesmo delito

Ninguém pode ser julgado ou punido penalmente por um delito do qual já tenha sido absolvido ou pelo qual já tenha sido condenado na União por sentença transitada em julgado, nos termos da lei.

CAPÍTULO TÍTULO VII. DISPOSIÇÕES GERAIS QUE REGEM A INTERPRETAÇÃO E A APLICAÇÃO DA CARTA

Artigo 51.º: Âmbito de aplicação

1. As disposições da presente Carta têm por destinatários as Instituições, e órgãos e agências da União, na observância do princípio da subsidiariedade, bem como os Estados-Membros, apenas quando apliquem o direito da União. Assim sendo, devem respeitar os direitos, observar os princípios e promover a sua aplicação, de acordo com as respectivas competências e observando os limites das competências conferidas à União por outras Partes da Constituição.
2. A presente Carta não torna o âmbito de aplicação do direito da União extensivo a competências que não sejam as da União, não cria quaisquer novas atribuições ou competências para a Comunidade ou para a União, nem modifica as atribuições e competências definidas nas outras Partes da Constituição nos Tratados.

Artigo 52.º: Âmbito dos direitos garantidos

1. Qualquer restrição ao exercício dos direitos e liberdades reconhecidos pela presente Carta deve ser prevista por lei e respeitar o conteúdo essencial desses direitos e liberdades. Na observância do princípio da proporcionalidade, essas restrições só podem ser introduzidas se forem necessárias e corresponderem efectivamente a objectivos de interesse geral reconhecidos pela União, ou à necessidade de protecção dos direitos e liberdades de terceiros.
2. Os direitos reconhecidos pela presente Carta que se regem por disposições constantes de outras Partes da Constituição que se baseiem nos Tratados comunitários ou no Tratado da União Europeia, são exercidos de acordo com as condições e limites ~~por estes~~ nelas definidos.
3. Na medida em que a presente Carta contenha direitos correspondentes aos direitos garantidos pela Convenção Europeia para a Protecção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais, o sentido e o âmbito desses direitos são iguais aos conferidos por essa Convenção, a não ser que a presente Carta garanta uma protecção mais extensa ou mais ampla. Esta disposição não obsta a que o direito da União confira uma protecção mais ampla.
4. Na medida em que a presente Carta reconheça direitos fundamentais decorrentes das tradições constitucionais comuns aos Estados-Membros, tais direitos serão interpretados de harmonia com essas tradições.
5. As disposições da presente Carta que contenham princípios poderão ser implementadas através de actos legislativos e executivos aprovados pelas Instituições e órgãos da União e por actos adoptados pelos Estados-Membros, em aplicação do direito da União, no exercício das respectivas competências. Só serão invocadas perante o juiz tendo em vista a interpretação desses actos e o controlo da sua legalidade.
6. Serão inteiramente tidas em conta as legislações e práticas nacionais especificadas na presente Carta.

Artigo 53.º: Nível de protecção

Nenhuma disposição da presente Carta deve ser interpretada no sentido de restringir ou lesar os direitos do Homem e as liberdades fundamentais reconhecidos, nos respectivos âmbitos de aplicação, pelo direito da União, o direito internacional e as Convenções internacionais em que são Partes a União, a Comunidade ou todos os Estados-Membros, nomeadamente a Convenção Europeia para a Protecção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais, bem como pelas Constituições dos Estados-Membros.

Artigo 54.º: Proibição do abuso de direito

Nenhuma disposição da presente Carta deve ser interpretada no sentido de implicar qualquer direito de exercer actividades ou praticar actos que visem a destruição dos direitos ou liberdades por ela reconhecidos, ou restrições maiores desses direitos e liberdades que as previstas na presente Carta.
